

# ESPAÇO, MEIO, PAISAGEM, TERRITÓRIO, REGIÃO E LUGAR NA EXPERIÊNCIA DE UM ARQUEÓLOGO: ALGUNS CONTRIBUTOS REFLEXIVOS

por

Vítor Oliveira Jorge\*

**Resumo:** Alguns contributos para esclarecer conceitos básicos em arqueologia.

**Palavras-chave:** Arqueologia; geografia; percepção do meio-ambiente.

**Abstract:** The author presents some contributions to the definition of basic concepts in archaeology.

**Key-words:** Archaeology; geography; perception of the environment.

*para o(a) leitor(a), que de certeza é você*

## INTRODUÇÃO

Um novo “estilo” de arqueólogos começou a aparecer nos últimos tempos nalguns países – os principais exemplos que conheço são britânicos. São escritores, pensadores da arqueologia, pessoas que se referem a sítios e questões arqueológicas (por vezes de forma muito detalhada), e escreveram em certos casos livros de grande interesse. Porém, nunca realizaram uma escavação como investigação continuada, com princípio, meio e fim.

Se fizeram “trabalho de campo”, ele foi sobretudo constituído por “prospecções”, esparsas ou sistemáticas, visitas ao terreno e seus “acidentes”, num tipo de expe-

---

\* DCTP-FLUP. E-mail: vojorge@clix.pt

riência muito peculiar: uma espécie de deambulação meditativa ou reflexiva sobre as paisagens e monumentos, algo que poderíamos designar em termos orçamentais “arqueologia light”, barata a montante, na produção (botas, chapéu, caderno de notas, máquina fotográfica) e por vezes rentável a juzante, na venda (obras de referência disponíveis no mercado internacional, em inglês).

Claro que há certos domínios da “arqueologia” (aqueles sobre os quais se pode dissertar sem fazer escavações) que se prestam mais a este estilo do que outros. Mas é sobretudo uma questão de imaginação e de inteligência.

Isto não significa que esses autores não sejam sérios, honestos nas suas intenções de acrescentar saber, motivados para questões fundamentais, que não saibam muito, que não produzam reflexões de grande interesse, nem é, da minha parte, um “pisar de olhos” aos arqueólogos “hard”, aqueles que escavam “no duro” ou estudam colecções infindas de artefactos, produzindo obras de tomo, imparáveis “ratos” de campo ou de biblioteca!

A arqueologia é hoje uma complexa nebulosa de contornos indefinidos, como qualquer saber ou actividade. Normalmente, a maturidade de um “campo” não se mede hoje por fronteiras ou características rígidas, mas pelo seu grau de disseminação (pela forma como impregna e inspira profissões, práticas, saberes – as procuras de outros), bem como pela sua “autoridade” (a sua força política para agir como fonte de poder, no momento das decisões).

A arqueologia nem é propriedade de “profissionais”, nem é apenas necessariamente caracterizável por essa suposta actividade essencial, nuclear, identitária, quase ritual de iniciação, que seria a “escavação”. Há muita gente a escavar, ou mesmo a julgar que é arqueólogo, e que é capaz de não ter uma ideia precisa do que pretende fazer na sua vida, possuindo tão só o humano e compreensível desejo de receber o salário no fim do mês. Enfim, as coisas não estão fáceis para promover a investigação, em qualquer das suas modalidades; e sem investigação (procura demorada e titubeante, feita de avanços, paragens, recuos, um caminho sempre problemático) a arqueologia, de certeza, simplesmente não é digna de ser considerada como um saber, ficando reduzida a uma simples tecnologia descarnada de motivação e de objectivos. Uma aplicação boçal e rotineira de regras simples.

Que significa a experiência de um – acentuo um – arqueólogo? Algo de bastante específico, que não é generalizável a outros “colegas de profissão” senão em termos muito abstractos. Por isso, este texto refere-se à experiência de quem o escreve, isto é, toma-a como única base segura para pensar – como acontece com qualquer outro investigador. Por experiência entendo algo de muito abrangente, que envolve a pessoa no seu todo, e que implica um permanente jogo entre o seu passado e o seu presente, a sua disposição psíquica e anímica. Nós pensamos com o

corpo todo, e no momento de pensar (idealmente, confundido com cada momento da vida) mobilizamos a totalidade do que somos, ou supomos ser. As melhores ideias, numa pessoa criativa, imaginativa (isto é, inteligente) surgem quando menos se espera, não por milagre ou inspiração romântica, mas por concreção súbita de todo um trabalho inconsciente, que por vezes aflora ao campo da consciência e se perfila como interessante, como uma ideia a explorar, a desenvolver pelo trabalho subsequente.

Um arqueólogo, como qualquer outro investigador, precisa de dispor de conceitos claros. Mesmo que discutíveis, corrigíveis por outros. Esse “índice” ou “thesaurus” faz penosamente falta, mas a sua ausência revela ainda o grau de imaturidade da disciplina, a sua dependência da importação de noções de outras ciências (por vezes já obsoletas na origem, como acontecia dantes – e certamente ainda ocorrerá – com certos países importadores, que absorviam as obsolescências dos centros produtores/inovadores). Na economia política da interdisciplinaridade, a arqueologia é largamente deficitária, desequilibrada: importa muito, e exporta pouco, a não ser a metáfora da profundidade (relacionada com a “escavação”, e a descoberta de realidades ocultas) e suas derivadas. Não confundir, claro, com toda uma procura do maravilhoso, originário, mítico, etc., em que a “arqueologia” é largamente utilizada como produto de consumo. Com frequência, pessoas doutoradas ainda confundem o fascínio da arqueologia com o exótico das viagens e a excitação das descobertas de “tesouros”; por vezes pergunto-me como conseguem conciliar essa ideia (ou impressão pouco trabalhada, pouco informada) com um mínimo de consideração intelectual por nós, arqueólogos.

Uma enciclopédia ou dicionário de arqueologia é em geral ainda hoje, no aspecto conceptual (quando se sai da mera identificação/descrição de coisas), uma grelha desconexa, ou manta de retalhos, de noções mais ou menos mal adaptadas de outras áreas do conhecimento, ou de noções próprias pouco amadurecidas. É evidente que se imporia fazer uma boa obra desse género, que seria uma das traves-mestras da nossa disciplina.

Perdidas as “tabelas” de referência em que a arqueologia processual, neopositivista, acreditou (e que, pela sua simplicidade, alguns ironicamente caricaturizaram como “leis de Mickey Mouse”) a arqueologia está hoje perante um desafio muito grande neste domínio, devendo partir, a meu ver, da teorização da sua própria praxis, entendendo já dialogicamente essa praxis como uma teoria em acção.

Neste curto texto pretendo apenas abordar de forma sucinta e pessoal alguns conceitos que reputo importantes. Os textos curtos são o “output” possível de uma actividade universitária pesada, onde as aulas pouco estimulantes e a burocracia sem tréguas funcionam como máquinas para não pensar (o que parece paradoxal num organismo em princípio vocacionado para o saber). E sobretudo é o que se pode

fazer para reagir ao pensamento isolado, perante a inércia/comodismo de uns, o silêncio de outros, o fechar-se na sua concha de ainda outros, etc. Muitas vezes estas várias tipologias de indivíduos são inamovíveis; outras vezes movem-se apenas para criticar aqueles que, apesar de tudo, nestas condições mais que adversas, tentam pensar. Temos de viver com tudo isso – são factores “a orçamentar” na economia da nossa vida entendida como um projecto. Temos de contar permanentemente com o “ruído” dos que parece que adorariam que não existíssemos, e, nada podendo fazer contra a nossa existência, parece que adorariam que ela se pautasse pela inércia que permitiria que o pouco que fazem sobressaísse um pouco. Naturalmente que é para os restantes que escrevo, na esperança sempre renovada do diálogo e da interacção comunicativa.

Vamos então breve e esquematicamente, e de um ponto de vista muito pessoal, aos conceitos enunciados no título do texto.

Antes ainda, porém, é de advertir o leitor de que quase tudo o que vou dizer se poderia equacionar sob a rubrica “espaço”, como muitos antropólogos, sociólogos, etc., não deixaram de acentuar. A bibliografia sobre o assunto é vastíssima, quase tendente a baixar os braços e nada escrever. Mas aqui quero deixar – esperando que isso não pareça pretensão excessiva – um esquema meu, não tomando “espaço” nessa acepção tão geral, o que talvez permita distinguir melhor, e operacionalizar, uma série de conceitos.

## ESPAÇO

É uma realidade extensa, mensurável, subdivisível, neutra, e, na sua versão comum, euclidiana, e que usamos no nosso viver quotidiano, enquadrável por três coordenadas. Espaço é também, na sociedade mercantil, uma mercadoria, que se mede (compra e vende) por  $m^2$ . Uma realidade que se não traduz apenas ao nível do chão, uma vez que a construção em altura permite virtualmente a multiplicação do “espaço” assim mercantilizado.

Espaço e tempo dialogam entre si, no sentido de que eu posso “espacializar o tempo” ou “temporalizar o espaço”, o que vai dar praticamente ao mesmo, apenas com uma mudança de tónica (marcando o espaço com um conjunto de “sinais” que apontem para uma rítmica, para formas de referência ao devir, ou ao passado e futuro, qualquer que seja o tipo de tempo considerado; de facto, enquanto o espaço é materializável nas três dimensões do vivido, o tempo é-o apenas em aparelhos de medida, a começar pelos vulgares relógios).

Espaço, assim desmaterializado, digamos, abstraído, é uma ideia típica sobretudo da sociedade ocidental e, em particular, contemporânea. Através de inúmeras

invenções (os instrumentos de óptica, a perspectiva, o cinema, a fotografia, a televisão, a comunicação por computador) esta sociedade procurou primeiro um “espaço realista”, objectivo, coordenado, em completo controlo por parte do observador, e hoje cada vez mais nos mergulha em espaços literalmente virtuais, onde é difícil saber onde e quando nos encontramos. Há uma in-diferenciação entre realidade observada e sujeito observador, e uma espécie de proliferação de espaços/tempos dentro do aparente espaço/tempo comum da quotidianidade.

Ou seja, ao mesmo tempo que “objectivava” o espaço, do infinitamente pequeno ao infinitamente grande (a ponto de escapar à imaginação corrente e de ter de ser expresso em fórmulas matemáticas) a nossa cultura também o desmaterializou, o transformou num espaço meta-físico, fazendo-nos mergulhar constantemente em espaços/tempos muito diversificados. O positivismo deu lugar à relatividade e à incerteza. O espaço é uma mercadoria, certamente, mas é também uma pletora de metáforas: até para se vender eficazmente, seja como produto imobiliário (ocupação permanente), seja como produto turístico (uso efémero), seja como produto imaginativo (espaço virtual, ciber-realidade). Quando compro uma casa, uma viagem, uma experiência, nesta economia dos signos em que vivemos, estou cada vez mais a comprar espaços/tempos imaginários, retrabalhados pela imagética publicitária em que a minha própria imagética pessoal vive mergulhada, como consumidor.

A palavra “espaço” não diria nada a um aborígene australiano, a um “índio” americano, ou a um ameríndio amazónico, antes de contactar com a nossa cultura. Fazendo corpo com a terra, sentindo-se elementos dessa terra como quaisquer outros, muitas comunidades que encontrámos pelo mundo fora tiveram particular dificuldade em perceber a ocupação, a utilização agressiva, a demarcação em propriedades, a exploração de algo que para eles não era uma entidade inanimada e extensa, a terra, mas uma espécie de ser parental envolvente, ontológico, que a todos produziu e que a todos há-de sobreviver. A nossa chegada maciva foi vista, naturalmente, como uma profanação e uma falta de respeito por valores que, na altura, a maior parte dos “descobridores” e “exploradores” não estavam interessados sequer em considerar como possíveis. O que viram foi uma natureza selvagem, virgem, e uma série de habitantes que viviam como animais – um espaço, precisamente, livre e apto a colonizar pelos nossos valores ideológico-económicos.

Às vezes falamos do espaço em que se desenrola a acção humana como se fosse um cenário, ou um palco. As metáforas teatrais, performativas, são úteis para a arqueologia, porque todas apontam para uma experiência do corpo e chamam a atenção para o carácter “encenado” das nossas representações do passado. De facto, o passado é hoje, é uma construção nossa, a partir de materiais recolhidos, que temos de trazer à colação, e aos quais temos de dar um sentido para os nossos contemporâneos.

Porém, não nos deixemos enganar pelas metáforas. Para os homens e mulheres da pré-história, como para muitas das comunidades estudadas pela antropologia, não tem sentido distinguir seres humanos e meio envolvente como se fossem realidades distintas, sendo o meio relativamente estável (cenário fixo, ou semi-fixo) e a acção humana por definição dinâmica (cenário semi-fixo, ou móvel). Essa é a nossa visão de ocidentais, que por um esforço de objectividade temos de descartar. Porque se o “processo do conhecimento” é histórico, os episódios dessa história têm muito mais a ver com descartes de interpretações anteriores, tornadas inverosímeis, do que com simples acumulações de “dados”, como queriam as várias modalidades de positismo.

## MEIO

Meio (no sentido de meio-ambiente, ou do inglês “environment”) é o que rodeia um organismo, isto é, a realidade com a qual todo o ser vivo (incluindo o humano) tem de estabelecer trocas metabólicas para sobreviver (e, se possível, se reproduzir). Meio é pois algo que se conota com adaptação, com equilíbrio, mas uma adaptação bi-unívoca e um equilíbrio sempre (mais ou menos) instável. Isto é, os organismos transformam e fabricam “meio”, que os transforma e os “fabrica” permanentemente a eles. Há uma interacção constante, muito complexa.

O meio tem diferentes escalas, conforme consideremos o local, o regional, ou o global, que em última análise é o universo todo. Vai, evidentemente, do micro ao macro. As escalas do meio em que os organismos sobrevivem têm a ver, está claro, com múltiplas formas de comportamento, mas também com questões de quantidade, como a massa de que aqueles são compostos: o “espaço vital” de um animal de grande porte não é o mesmo de uma bactéria.

À medida que pensemos em organismos com um sistema nervoso mais complexo, temos de ter em consideração que este é – certamente entre outros – um poderoso sistema adaptativo, aumentando a gama de meios em que certos organismos podem sobreviver.

A capacidade de previsão, isto é, de “pressentir” (senão mesmo de pre-figurar) o futuro é um factor decisivo, como se nota claramente no ser humano, cujo domínio do planeta e capacidade de adaptação a todos os tipos de meios (inclusivamente extra-terrestres, nas últimas décadas) resulta desta capacidade, naturalmente que muito associada à técnica e a tudo quanto a ela se conota como uma infinda colecção de “próteses do organismo”.

O conceito de adaptação, como se sabe bem, está intimamente ligado ao tempo e à previsibilidade, à capacidade de mutação, de mudança, ou seja, à noção de pré-adaptação. Idealmente, um organismo (dir-se-ia melhor, uma população) bem adap-

tado não é o que está apenas preparado para viver no presente, mas sobretudo para “colonizar” o futuro, antecipando-se-lhe, na medida do possível.

Aquilo a que habitualmente chamamos “cultura” (e que sabemos hoje não ser um exclusivo humano) é exactamente essa capacidade de forjar antecipações, que no homem se ligam à reflexividade muito acentuada de que dá mostras. Podíamos dizer que o ser humano criou para si mesmo um “meio” particularmente artificial, embora tenhamos de ter cuidado com esta distinção entre o natural e o cultural, entre o inato e o adquirido, entre o herdado e o socialmente construído, etc, tudo dicotomias que perpetuam “ad infinitum” a nossa obsessão ocidental de pensar correntemente por polaridades binárias, por dicotomias simples, a que somos arrastados pela lógica do discurso, do “habitus” (disposição comportamental e epistemológica incorporada, sentida como natural, porque resultante de experiências muito antigas, e em larga medida inconscientes), da tendência para não pensar reflexiva e criticamente (para não problematizar o que pensamos).

## PAISAGEM

Paisagem é um conceito ligado à visão: é a extensão de espaço em redor que somos capazes de alcançar com os nossos olhos. É algo dinâmico, porque raramente estamos parados (a imobilidade total é divina), podendo multiplicar os pontos de vista, nem que seja em milímetros de diferença.

Como tal, é uma noção que está muito ligada à pintura, à perspectiva (capacidade de dar a ilusão de realidade, das três dimensões, em apenas duas), e depois à fotografia, etc., e de uma maneira geral à obsessão típica da nossa cultura pelo visual, em detrimento de outros sentidos. Nesse aspecto, referir uma determinada realidade como paisagem é já colocar-se na posição de sujeito contemplativo, furtado à acção, isto é, alguém que se destaca dela, e que tem a possibilidade de dispor de tempo de ócio suficiente para a contemplação.

Não admira assim que a “paisagística” esteja ligada à ascensão da burguesia moderna; o que admira é que se utilize a palavra para caracterizar realidades de populações pré-históricas ou de outras culturas que não a nossa. Um trabalhador rural tradicional jamais contemplaria uma “paisagem”, jamais nos descreveria uma paisagem, mas quando muito “uma terra”, com cuja materialidade o seu corpo activo faria um “continuum”. Claro que se eu (como faziam os primeiros etnólogos) insistir muito em que o meu informador me diga determinada coisa segundo os parâmetros que eu transporto, e me esforço em “traduzir” (tradução, palavra-chave!), esse informador acabará por me dizer o que eu quero, quanto mais não seja para se ver livre de mim e ir à sua vida. Com base neste tipo de equívocos escreveram-se muitos livros de

antropologia, depois tornados “clássicos” até para os próprios “entrevistados”, que posteriormente passaram, para defender a sua “etnicidade” ou identidade construída a partir de fora (único modo, perceberam, de sobreviver num mundo globalizado) a funcionar segundo modelos que vinham nos livros. A anedota é bem conhecida...

A paisagem liga-se à disponibilidade de utilizar o trabalho dos outros como mercadoria, e de usufruir do mundo como um objecto de contemplação esteticizada, apanágio das elites, antes de ser massificada pelo turismo moderno. Ver paisagem é ter poder sobre. Naturalmente que o turismo de massas está menos ligado à contemplação tradicional, cultivada (a qual pressupunha e pressupõe distância, educação da espontaneidade, estilização de comportamentos, refinação da sensibilidade, etc.) do que à electrização de instantes de emoção “corporal” repetitiva a que se ligam os fenómenos de massa contemporâneos (concertos pop, futebol, consumo de excitantes, pornografia, novas “religiosidades”/ritualidades, e de uma maneira geral tudo o que promova a colagem à acção – situação confundida com “sentimento” – numa espécie de promessa de êxtase contínuo, ou “light non stop”).

A paisagem é pois uma “vista”, uma visão (são célebres as imagens dos trabalhos nos campos, ou das cidades vistas em gravuras ou pinturas panorâmicas), e hoje está muito ampliada pelas tecnologias da fotografia/filme, do voo, dos satélites, e da monitorização de toda essa “informação” em computador através dos modernos sucedâneos dos mapas militares: os sistemas de informação geográfica e os programas de três dimensões em computador.

A sofisticação destes meios tende a permitir a esperança de uma visão “absoluta” da paisagem (visão de Deus), quando não há nada de mais “qualitativo” e circunstancial do que uma paisagem, que fica melhor colada a outra palavra, seja ela um substantivo ou um adjetivo. De facto, a paisagem está ligada a uma forma de experiência, de acção, de subjectividade, sendo algo que se encontra permanentemente a mudar no campo perceptivo de cada indivíduo.

Não admira, dada essa fluidez e pluralidade, que quem “vê” uma paisagem sinta assim um certo “poder” sobre ela, até porque é o seu “ponto de vista”, único e irrepetível; não espanta que quem a fotografa de algum modo tenha a ilusão de a possuir. A paisagem fotografada é um “auto-retrato” da nossa sociedade arquivística – mata o que julga querer conhecer e conservar, e dá vida a espectros (coisas que jamais existiram a não ser na objectiva fotográfica e na reacção à luz de certos produtos químicos; hoje, com o digital, as coisas alteraram-se, ou seja, o real e o virtual de algum modo sobreuseram-se).

Certas formas de projecção de grande escala, envolvendo o “espectador”, ou certos programas de computador, mergulham-nos dentro da paisagem e confundem-nos com ela. Os extremos da objectividade e da subjectividade tocam-se. A tendência da nossa sociedade e suas tecnologias sofisticadas é para cada vez mais confundir

realidade “real” e “realidade imaginária”, fazendo-nos passar para uma indiferenciação entre as duas, transformando a “vida” em desejo compulsivo de entretenimento (distracção pela acção). Não se trata já de contemplar passivamente, como Narciso mirando o espelho, mas de ser actor da própria realidade contemplável – de transformar a transcendência e a imanência da imagem em circunstâncias mutuamente permutáveis.

A paisagem deixou de ser o sítio do recolhimento meditativo, para ser o lugar trepidante das emoções. A festa, dantes confundida com certos momentos do calendário, agora é a toda a hora: espécie de CNN ou de internet de banda larga, está sempre disponível. Veja-se no que se vão transformando tendencialmente as universidades: em locais da festa ou de rituais (nas suas múltiplas modalidades, desde as praxes aos doutoramentos “honoris causa”), onde apesar de tudo circulam alunos e professores (leia-se pessoas realmente interessadas no processo de aprendizagem). A cada momento o “screen-saver” do meu computador muda de paisagem.

## TERRITÓRIO

Território deriva de terra, terra trabalhada e vivida, o que lhe dá desde logo certo estatuto de autenticidade, telúrico, ancorado. Há aqui implícito um sentimento de vivência e de pertença, cheio de simbolismos e de afectividades. Por isso um território tem algum tipo de fronteiras, demarcações, mesmo que lassas, uma vez que ele se prende com a identidade dos que o habitam, dos que têm de o “defender” dos intrusos. Dos que, constituindo uma parcela da terra como seu território, assim se autenticam por contraposição a outros.

Ao contrário da ideia de espaço, indiferenciado, neutro, sem qualidades, um território é algo de qualitativo, antes de estar submetido ao cadastro e à parcelarização, às leis do Estado e da economia. Um território pode não ter um centro, mas tem com certeza um conjunto de pólos de referência, uma rede de mnemónicas, uma estratificação de recordações e de histórias. Um território é, física e mentalmente, um palimpsesto, uma sobreposição de temporalidades.

Sabemos porém que também um território não é um conceito a-histórico, que possamos usar ingenuamente, de forma independente do contexto. Aliás, certos autores falaram de “processo de territorialização” (“ancoragem” de uma comunidade a uma zona) e em particular relativamente à pré-história, quando as populações, em suposto crescimento demográfico, teriam “enchido” o espaço disponível (pelo menos aquele que em certas alturas teria sido o mais “cobiçado”, por uma grande diversidade de motivos), criando eventuais fronteiras, centros e periferias, hierarquizações de “sítios construídos”, balizas físicas referenciais, monumentos, etc. Estabelecer-se-ia

assim uma malha a partir da qual, mais tarde, as sociedades mais hierarquizadas ou estatais se teriam gerado.

O território é algo que pode variar muito em função do tipo de sociedade considerada, mais sedentária ou mais móvel, mais complexa ou menos complexa (conceito sempre muito difícil de definir). No fundo, é uma rede de percursos e de nós, ou seja, de caminhos e de pontos de fixação, que se pode considerar ao nível de uma comunidade mais ou menos ampla, ou mesmo referir-se a diversos grupos que se reclamem de identidades ou de modos de vida diferentes.

## REGIÃO

Região é um conceito complexo, cheio de tonalidades afectivas, identitárias, com um passado e tradições comuns, supostas ou imaginárias (ou seja, as regiões estão muito conotadas com o imaginário das pessoas relativamente a sub-unidades locais dos espaços nacionais). Realidades fluidas, históricas, e contingentes, situadas, ao nível do estado-nação, entre este e a autarquia local, são de muito difícil delimitação em certos países, nomeadamente em Portugal, onde no entanto um acentuado regionalismo (incrementado pela folclorização estimulada pelo Estado Novo) foi durante muito tempo mantido pelo arcaísmo do país, pelo isolamento das populações e pela dificuldade de circulação.

A mitificação da ruralidade, quase realidade intemporal, segundo técnicas ancestrais e rendimentos muito baixos dos que trabalhavam efectivamente na terra, foi uma das obsessões de Salazar. De modo que o país não precisou, durante muito tempo, de museus em que se representasse: ele era o seu próprio museu, e os consumidores (classe média) em número e grau de escolarização que os não exigiam. Quem queria cultura desse tipo ia ao estrangeiro. De tal forma que um dos museus das “grandezas” de Portugal era o coimbrão “jardim dos pequeninos”, situado na “cidade dos lentos”, e o Museu de Arte Popular, em Lisboa (Belém) simbolizava as várias regiões do país através de um conjunto de estereótipos folclóricos: era, também, um Portugal pequenino explicado às “crianças cívicas” em que os portugueses se tinham tornado.

A região, como instância intermédia, de carácter administrativo, entre o poder central e as autarquias (heterogéneas por definição, sobretudo em recursos económicos) existe, segundo diferentes modelos, em quase toda a Europa, de acordo com o princípio de que é desperdício (perda de tempo e de meios) resolver questões locais ou regionais em instâncias centrais (subsidiariedade). Pelo que a descentralização do nosso país, do ponto de vista da sua administração, é inevitável, apesar dos resultados do primeiro referendo. Muitas pessoas invocavam que não estavam bem infor-

madras, o que só demonstra a extrema iliteracia em que se encontravam, porque informação sobre o assunto não faltava para quem quisesse, de facto, facilmente obtê-la. Enfim, a análise da história local e regional tem vindo a desenvolver-se, e é possível que isso, a juntar a estudos etnológicos, geográficos, etc., ajude a estruturar um país mais articulado na sua diversidade, o que significa um país que tente ir todo a um só velocidade e com alguma harmonia inter-regional.

Para o passado pré-histórico, é difícil utilizar o conceito de região, até porque dispomos ainda de muito poucos dados para não só caracterizar os paleo-ambientes, como para estabelecer, para cada época, os modos diferenciais de vida que existiriam ao longo do território hoje português. Mas é óbvio que temos de partir da realidade presente (e toda a realidade, incluindo a arqueológica, “fala” no presente) para o passado, eliminando o que é manifestamente recente para, como escrevi noutra parte, num “strip” sucessivo da paisagem, a irmos imaginando como seria antes. Naturalmente que condicionalismos naturais, que ainda hoje determinam as realidades da vida no nosso território, deveriam igualmente ter a sua influência no passado, como as oposições norte-sul ou litoral-interior, mas é óbvio que não só a realidade geográfica deve ter sido sempre um mosaico muito complexo, como também os modos de vida e as chamadas “opções culturais”.

## LUGAR

Lugar é, ao mesmo tempo, uma “unidade” mais pequena das que temos vindo a considerar, e onde um sentimento de vivência e de “pertença” parece mais fortemente ancorado. É o espaço onde se sedimenta a memória humana, onde é mais densa a teia de significados supostamente decifráveis. Lugar é onde fica o lar, o “foyer”, a “home” de uma pessoa ou família. É o sítio onde se volta sempre, apesar de que com algum desgosto pelo “déjà vu”, mas compensado pelo sentimento de conforto da privacidade, da continuação dos hábitos adquiridos, que permitem diminuir os níveis de atenção vigilante ao perigo que usamos quando nos deslocamos, por exemplo, para longe.

É certo que na “sociedade nómada” em que vivemos, muitos, sobretudo quadros da classe média, acabaram por viver em transportes ou em sítios de passagem, os “não-lugares” de Marc Augé. Mas isso é uma excepção recente ao que foi mais habitual na história: a profunda ligação afectiva e experiencial das pessoas a um território, e dentro deste a um núcleo que é a sua casa. Por isso os “homeless” (ou até os idosos que habitam lares pouco agradáveis) nos fazem tanta impressão, por representarem a suprema desumanidade da sociedade em que vivemos, a de desprover as pessoas do sentimento de pertença a um sítio peculiar.

O facto das pessoas que se deslocam encontrarem substitutos afectivos para não habitarem lugares, investindo o automóvel, ou todo um conjunto de equipamentos portáteis, de signos de identidade e conexão (computador, telemóvel, etc.) é um outro problema, relacionado com a globalização e com a proliferação do mesmo em todo o sítio por onde se passa (conforto de ver uma multinacional de hambúrgueres, de roupas, ou de livros num aeroporto por onde se circula; conforto aliás efémero, mais da ordem do simbólico, e imediatamente anterior a se lembrar os sabores ou o aspecto de tão monótonos e insonsos produtos; sem dúvida que a detecção, em rua estranha, de uma caixa multibanco com o símbolo do nosso cartão de crédito pode ser aliviante, mas por pouco tempo...).

O lugar tem sempre muito de mítico (o “génio do lugar”), na medida em que é investido por um indivíduo de qualidades afectivas que a outro podem nada dizer. Por isso o bairrismo (amor frenético ao rincão natal) é um sentimento hoje tão irritante e inspirador de ridículo, dada a movimentação frequente das pessoas, e o regime de favorecimento do cosmopolitismo (prazer no despaisamento – veja-se a raiz da palavra – sentimento de estar fora do seu país, no sentido de região natal) em que vivemos. Parece absurdo, por vezes, vermos os adeptos de clubes de futebol entrarem em transe pela vitória do seu clube, toda conseguida à base de atletas contratados, estrangeiros; ou a xenofobia de certas pessoas, que pode levar ao racismo e ao crime, perante comunidades de emigrantes ou de pessoas pertencentes a “minorias étnicas”, que no entanto fazem as casas para elas ou lhes tratam da limpeza no dia a dia.

O lugar, o sítio (ou “estação arqueológica”) é ainda erradamente muitas vezes a unidade de análise dos arqueólogos. Felizmente que uma perspectiva mais ampla, dirigida ao território no seu todo (mas ainda muito condicionada, nas zonas fronteiriças, pela realidade, recente para o ponto de vista de um pré-historiador, dos estados-nação) tem vindo a crescer. Cada vez mais a “arqueologia da paisagem” se impõe, não no sentido funcionalista (como se fosse um conjunto de recursos, ao modo de hoje) mas também nos sentidos fenomenológico (lugar da experiência dos indivíduos imersos no mundo) e semiológico (uma paisagem de significações “versus” uma mera “paisagem económica”).

E, neste contexto, cada vez parece mais irrisória aquela época, da segunda metade do século XX, em que se faziam sondagens à procura de estratigrafias e de objectos-tipo, e se organizavam “sequências culturais” nessa base, mesmo que já se usassem métodos quantitativos. Aliás, muitas pessoas deixaram de fazer escavações porque se aperceberam do anedótico carácter deste tipo de trabalho. Só com projectos de certa envergadura, dirigidos a escavações sistemáticas, a prospecções exaustivas, a estudos interdisciplinares do território (hoje, e retrospectivamente) se pode chegar a algo de sério. E isso custa muitos anos, muito dinheiro... porque, ao

mesmo tempo que tentamos generalizar, temos de estudar cuidadosamente cada contexto... o que, no país por excelência da burocracia que é o nosso, implica uma vontade férrea de querer continuar a ser investigador.

Mas o campo e os laboratórios não bastam, porque sem leituras e sem cultura geral que permita a renovação dos nossos questionários, numa fase em que a arqueologia mundial está numa crise paradigmática, também não se vai a lado nenhum. Ou seja, é-nos pedido tudo (pela nossa consciência, pela “nossa honra” de investigadores), e os meios que nos são dados são muito escassos.

Mas, se um poeta disse que não podia adiar o amor para um próximo século, nós também não podemos adiar a vontade de pensar, e de comunicar, e o gosto de trabalhar e de conhecer, para uma outra vida. É aqui e agora, ou nunca.

#### ALGUMAS LEITURAS RECOMENDADAS SOBRE ESTES TEMAS

- AUGÉ, MARC (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand Ed.
- BENDER, BARBARA (1998), *Stonehenge. Making Space*, Oxford, Berg.
- BENDER, BARBARA (ed.) (1993), *Landscape. Politics and Perspectives*, Oxford, Berg.
- CROWE, NORMAN (1999 – 3.ª ed.), *Nature and the Idea of a Man-Made World*, Cambridge, Massachusetts, the Mit Press.
- GIBSON, JAMES J. (1986), *The Ecological Approach to Visual Perception*, Hillsdale, New Jersey/London, Lawrence Erlbaum Ass., Inc., Publ.
- GROSZ, ELIZABETH (2001), *Architecture from the Outside. Essays on Virtual and Real Space*, Cambridge – Massachusetts, MIT.
- HIRSCH, ERIC & O’ HANLON, MICHAEL (eds.) (1995), *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- INGOLD, TIM (2000), *The Perception of The Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, London, Routledge.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2005), *Vitrinas Muito Iluminadas. Interpelações de um Arqueólogo à Realidade que o Rodeia*, Porto, Campo das Letras. <http://configuracoes.planetaclix.pt/VitrinasIndex.htm>
- KENT, SUSAN (ed.) (1990), *Domestic Architecture and the Use of Space. An Interdisciplinary Cross-Cultural Study*, Cambridge University Press.
- LASH, SCOTT & URRY, JOHN (2002 – 2.ª ed.), *Economies of Signs and Space*, London, Sage Publications.
- LEACH, NEIL (2005 – reed.) (ed.), *Rethinking Architecture. A Reader in Cultural Theory*, London, Routledge.
- LEFEBVRE, HENRI (2000 – 4.ª ed.), *La Production de l’Espace*, Paris, Anthropos.
- LOW, SETHA & LAWRENCE ZÚÑIGA, DENISE (ed.) (2003), *The Anthropology of Space and Place: Locating Culture*, Oxford, Blackwell.
- PAUL-LÉVY, F. & SEGAUD, M. (1983), *L’Anthropologie de L’Espace*, Paris, Centre Georges Pompidou.
- SILVANO, FILOMENA (2001), *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.

- TILLEY, CHRISTOPHER (1994), *A Phenomenology of the Landscape*, Oxford, Berg.
- TILLEY, CHRISTOPHER (2004), *The Materiality of Stone. Explorations in Landscape Phenomenology*, Oxford, Berg.
- THOMAS, JULIAN (2004), *Archaeology and Modernity*, London, Routledge.
- VV.AA. (1987), *Espaces des Autres. Lectures Anthropologiques d' Architectures*, Paris, Les Éditions de la Villette.

Porto, 1 de Maio de 2005